

42º Encontro Anual da Anpocs

GT17 Mídias, política e eleições

Eleições 2018: a campanha para o cidadão de bem

Érica Anita Baptista¹

Nayla Lopes²

Ana Clara Martins³

Paulo Victor Melo⁴

¹Jornalista e mestra em Comunicação Social. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutoranda no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME-UFMG). Pesquisadora no grupo Opinião Pública (UFMG) e no Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ – Lisboa). anitaerica@gmail.com

²Jornalista e mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora no grupo Opinião Pública (UFMG). nayla@naylalopes.com.br

³ Gestora Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestranda em Ciência Política na mesma instituição. anaclaramalbuquerque@hotmail.com

⁴ Mestre e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador no grupo Opinião Pública (UFMG). paulovictormelo@gmail.com

Resumo:

As eleições de 2018 estão inseridas em um cenário de continuidade da crise política e econômica, cujos sinais iniciaram em 2014. Os jogos da disputa presidencial talvez estejam enfrentando a sua fase de maior incerteza desde a eleição fundacional do nosso atual período democrático. Antes das convenções partidárias de julho, ao menos 14 pré-candidatos - com menor ou maior apoio - são nomes disponíveis para a disputa. Todavia, o que se destaca na pré-campanha é a imposição da agenda em debate. Conseguir impor a agenda em uma corrida eleitoral é um bom indicador para possível sucesso ao final do pleito, motivo pelo qual a análise dos *issues* levantados na pré-campanha é essencial. Soma-se a isso uma grave crise econômica, que incrementa a percepção de falência do sistema público. Revoltas e manifestações nas ruas e nas redes sociais online, bem como um grande embate de ideias com tons de intolerância – discussões sobre posicionamento político, imigração, gênero etc. –, são a tônica do tempo da mídia e da pré-campanha, e abrem caminho para discussões em torno de um conservadorismo político e econômico, e também acerca de valores.

Palavras-chave: cidadão de bem; conservadorismo; eleições 2018; valores; campanha eleitoral

Introdução

As eleições de 2018 no Brasil podem ser um momento de agravamento de algumas correntes que nos acompanham desde as eleições de 2014 ou, por outro lado, podem ser um novo ciclo em nossa recente democracia. A literatura apresenta a discussão sobre eleições críticas e eleições de continuidade, e a eleição de 2014 foi o que considera como eleição crítica, na qual, ao fim do pleito, tivemos a sociedade dividida e uma sensação de que a disputa se prorrogou no tempo. As eleições intermediárias de 2016 já demonstraram algumas tendências de descontentamento e distanciamento do eleitor comum em relação à política (BAPTISTA et al., 2017).

O Brasil se encontra em um cenário de continuidade da crise política e econômica, cujos sinais iniciaram em 2014. Os jogos da disputa presidencial talvez estejam enfrentando a sua fase de maior incerteza desde a eleição fundacional do nosso atual período democrático. Revoltas e manifestações nas ruas e nas redes sociais online, bem como um grande embate de ideias com tons de intolerância – discussões sobre posicionamento político, imigração, gênero etc. –, são a tônica do tempo da mídia e da pré-campanha, e abrem caminho para discussões em torno de um conservadorismo político e econômico, e também acerca de valores.

É nesse contexto, favorável ao surgimento de presidenciáveis *outsiders*, alternativas políticas à polarização, e propício à possibilidade de adesão a uma onda conservadora, que ocorrem as eleições presidenciais de 2018. Os discursos que emergem visam atender à demanda de eleitores desesperançosos com a política tradicional e incertos sobre o futuro do país.

No bojo das disputas discursivas e da polarização ideológica, surge a almejada figura do "cidadão de bem" que representa um "eu" dotado de valores morais e éticos inquestionáveis e que concede ao "outro" a possibilidade de fazer parte desse seletivo grupo, se ele estiver incluso nesse modelo ideal de cidadão. "Nós julgamos as orientações de valor, bem como a autocompreensão das pessoas ou grupos baseada em valores, a partir de pontos de vista *típicos*, e julgamos os deveres, as normas e os mandamentos a partir de pontos de vista *morais*" (HABERMAS, 2002, p.38, *itálicos no original*). Esse cidadão "ideal" tornou-se lugar comum para designar, sobretudo, aquele que prioriza a honestidade, a segurança e a legalização da posse de armas aos civis,

que exalta os valores familiares e religiosos, sendo contrário a temas como a legalização do aborto e intolerante às causas feministas e LGBT, por exemplo. Entre outras questões que transitam entre o materialismo e o pós-materialismo.

Inseridos nesse contexto, identificamos os valores estrategicamente mobilizados pelos principais pré-candidatos em 2018 e como se ajustam ao perfil ideal do "cidadão de bem", a partir da construção do *ethos* (MAINGUENEAU, 2008, p.13) ainda na pré-campanha: "[...] consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditorio, ganhando sua confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades instância que posta como fonte do acontecimento enunciativo".

A partir dessa ideia central, pretendemos responder a alguns questionamentos: Q1) entre os pré-candidatos, o que tem mais peso: o materialismo ou pós-materialismo; o conservadorismo ou o progressismo? Q2) Os pré-candidatos respondem a uma demanda por religião ou laicidade? Q3) O autoritarismo surge como opção? Q4) Como a questão dos valores se coloca como um *issue* estratégico para 2018?

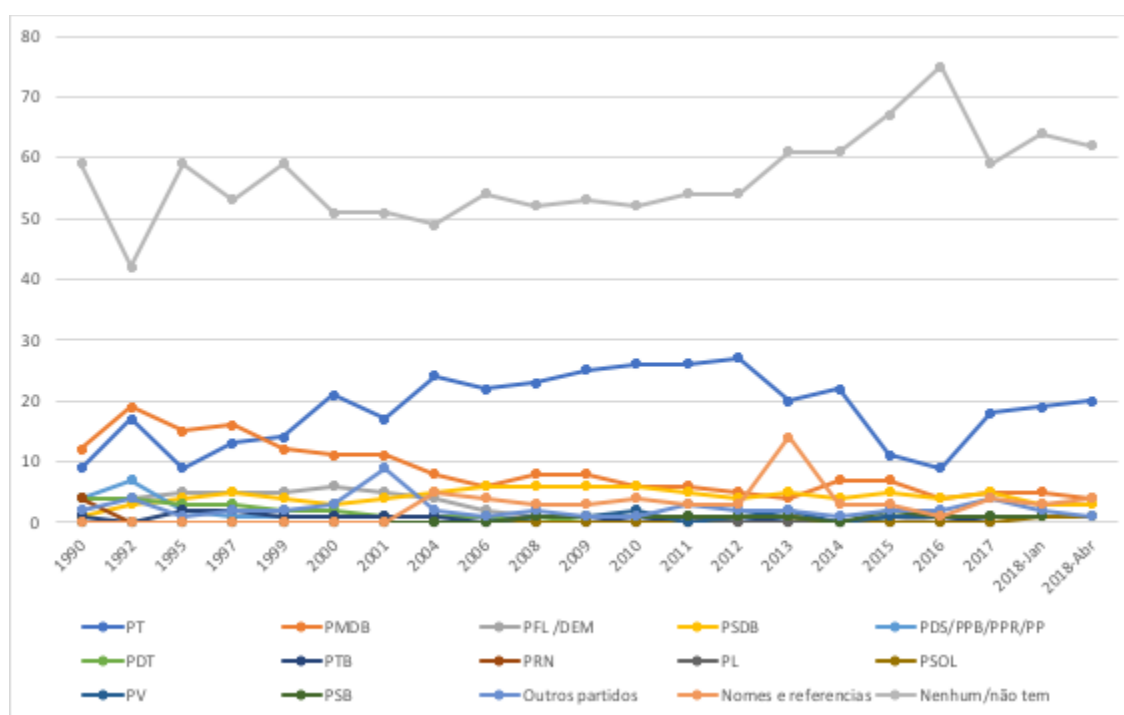
Para tanto, analisamos as postagens nas páginas oficiais do Facebook de cinco pré-candidatos: Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista - PDT), Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL), Manuela D'Ávila (Partido Comunista do Brasil - PCdoB) e Marina Silva (REDE Sustentabilidade). Nosso recorte temporal compreende os meses de janeiro a abril de 2018. Interessa-nos observar questões relacionadas a valores, temas de campanha e antipetismo.

Este artigo está estruturado em cinco seções. Na primeira parte, problematizamos a questão do materialismo e pós-materialismo, e como podemos compreender esses polos no Brasil. Na sequência, discutimos sobre o conservadorismo e as direitas insurgentes, trazendo conceitos e características, e a questão dos valores. Num terceiro momento, apresentamos a metodologia que foi empreendida neste trabalho. Seguimos com a análise dos dados e a discussão dos resultados. Por fim, a quinta e última seção apresenta as considerações finais com os principais pontos da pesquisa.

Materialistas versus pós-materialistas

A personalização da política e a valorização das imagens (CHARAUDEAU, 2008) são componentes de um processo que ganha força, sobretudo em situações de desconfiança na política e declínio da preferência partidária. Nessas situações, as imagens dos candidatos tendem a sobressair e atributos como a honestidade, a competência administrativa, o posicionamento na escala ideológica, as bandeiras sociais etc. podem significar mais ao eleitorado do que as características dos partidos ou os programas políticos.

Gráfico 1 - Identificação partidária no Brasil (1990 - 2018) - %



Fonte: Datafolha⁵.

No gráfico acima, podemos observar que é historicamente alto o número de pessoas que declaram não ter preferência por nenhum partido político. Destacamos os anos de 2015 e 2016, quando esse valor mostrou-se alto em 67% e 75%, respectivamente. Os desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelou grande

⁵ Série temporal realizada pelo Datafolha. Levantamento nacional, com 2771 entrevistas, em 194 municípios, com margem de erro máxima 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

envolvimento de diferentes políticos e partidos, e o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, que evidenciou os meandros do jogo político, contribuíram para esse sentimento de descrença nos partidos políticos. Nos anos seguintes, essa porcentagem não retomou a posição que ocupava na primeira década dos anos 2000, mas se mantém em torno de 60%. O Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo com todas as oscilações do período, ainda é o partido a maior taxa de identificados. Na sequência, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se mantém estáveis, com pequenas perdas entre 2016 e 2018. Os demais partidos apresentam baixo número de identificados e o que podemos perceber, prematuramente e sem uma análise mais profunda, é que o número de pessoas que declaram não ter simpatia por nenhum partido tende a variar, sobretudo, em função das oscilações entre aqueles que se identificam com o PT.

Para Inglehart (1997), está ocorrendo uma sensível mudança de valores para uma vertente pós-materialista, em que as questões prioritárias têm relação com a qualidade de vida e a realização profissional. Esses valores se traduzem em movimentos como ambientalistas e feministas, por exemplo, que não encontram eco nos partidos tradicionais - levando, sobretudo, os jovens a buscarem formas alternativas de participação.

Entre os indivíduos materialistas, as instituições mais tradicionais da política, como os partidos, ainda são importantes atalhos cognitivos. Já entre os pós-materialistas, a mídia ganha mais saliência. O pós-materialista tende a ser mais crítico ao sistema político e mais participativo. Esse eleitor não se localiza em nenhum lado da escala ideológica e pode ser alheio a isso. Partidos e candidatos seguem essa mudança a partir da demanda.

Seguindo os conceitos, os materialistas deveriam estar entre os mais tradicionais e os pós-materialistas, entre os secularizados. No entanto, na América Latina, não se observa isso. Há partidos e candidatos que unem a pauta pós-materialista aos valores tradicionais. Em alguns casos, como o Brasil, essa orientação pode não ser tão clara, pois as condições materiais de existência de grande parte da população ainda não fornecem as garantias básicas e o país apresenta problemas estruturais significativos (RIBEIRO, 2011). Uma possibilidade de se explicar a mudança

nos valores, embora existam diferenças culturais entre as nações, é pela via econômica, ou seja, pelo desenvolvimento da economia. Assim, essas nações que passam por mudanças econômicas sentem, também, as variações no campo religioso, nas relações de trabalho, nas questões de gênero e na própria atividade política (INGLEHART, 1990, 2001; RIBEIRO, 2008).

No Brasil, o número de pós-materialistas vem crescendo gradualmente, mostrando que as pessoas, após garantirem as condições básicas e estruturantes, passam a ter condições de se preocuparem com outras questões, como a discussão e a participação mais ativa no debate político (INGLEHART, 1997); os valores pós-materialistas estão relacionados a atitudes políticas não convencionais, como manifestações, boicotes ou ocupações (RIBEIRO, 2011).

Com a ampliação dos canais de informação e o aumento da escolarização, os eleitores tendem a ser mais autônomos em relação aos partidos. Eles são mais mobilizados cognitivamente e têm acesso a uma variedade maior de fontes informacionais, principalmente via internet. Dessa maneira, forma-se um eleitor menos subordinado aos partidos, mais atento às campanhas e suscetível à influência da mídia (TELLES, MUNDIM, LOPES, 2013).

Em 2010, a votação expressiva obtida por Marina Silva na eleição presidencial é um exemplo de que, mesmo em sociedades nas quais persistem problemas relacionados ao atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, os valores de autoexpressão podem gerar movimentos significativos, inclusive do ponto de vista eleitoral. Naquele momento, o cansaço diante da polarização PT-PSDB foi sinalizado pelos quase 20 milhões de votos de Marina Silva, que era do Partido Verde (PV), reconhecida pela pauta ambientalista e que desenvolveu ações de campanha bastante articuladas no ambiente online.

Oito anos depois, a ex senadora é novamente candidata à Presidência, mas viu suas intenções de voto se desintegrarem nas pesquisas - o que não significa que o candidato na dianteira seja de um dos dois partidos que tradicionalmente conquistam o cargo do executivo federal nas urnas desde 1994. Jair Bolsonaro (PSL) não encarna os valores pós-materialistas, como poderemos verificar na análise a seguir. Ao contrário, o candidato defende posições bastante controversas com relação aos direitos humanos,

políticas para minorias e até mesmo sobre a ditadura militar brasileira. Mesmo assim, ele atrai uma parcela do eleitorado que, em tese, corresponderia ao cidadão mobilizado cognitivamente - com maior nível de escolaridade formal e interessado por política, além de ter acesso a múltiplas fontes de informação (INGLEHART, 2001; RIBEIRO, 2008).

Por outro lado, a resistência a Bolsonaro tem se intensificado, inclusive nas redes sociais online. O movimento #EleNão, alavancado por mulheres contrárias ao candidato, tem repercutido internacionalmente e atraído a adesão de milhões de brasileiros. Este exemplo nos auxilia a compreender que toda análise do contexto atual no Brasil precisa considerar as peculiaridades do momento e a complexidade dos percursos que os cidadãos fazem para conformar e sinalizar suas preferências. Além disso, um mesmo indivíduo pode encarnar elementos associados a valores materialistas e pós-materialistas.

Um exemplo dessa hibridização foi encontrado nas manifestações relacionadas ao impeachment da ex presidente Dilma Rousseff. Em pesquisa realizada na manifestação de 12 de abril de 2015, o Grupo Opinião Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), verificou que os participantes tinham opiniões contraditórias a respeito de valores como a igualdade e a liberdade, por exemplo. Ao mesmo tempo em que a maioria (75,6%) dos entrevistados acreditavam que reduzir as diferenças entre as pessoas deve ser uma prioridade de qualquer governo, 77,8% defendiam que beneficiários de programas sociais como o Bolsa Família ficam preguiçosos. A maioria se posicionava a favor do direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo (62,2%) e discordava da afirmação de que as minorias, como negros, mulheres e homossexuais, têm direitos demais no Brasil (55,1); por outro lado, os manifestantes eram majoritariamente favoráveis à redução da maioridade penal (81,5%), liberalização do porte de armas para "cidadãos honestos" (61,4%) e contrários à descriminalização do consumo de maconha (56,0%).

Apontamento sobre o conservadorismo e o (neo)liberalismo

O conservadorismo clássico foi um conjunto de ideias surgidas no período que sucedeu a Revolução Francesa e que se posicionavam como antirepublicanas e contrárias ao liberalismo. Sobre um conservadorismo mais moderno, Mannheim (1953)

afirma ser uma função particular a uma determinada situação histórica e sociológica. Huntington (1957) se insere na discussão explicando três vias de definição ou de compreensão do conservadorismo. Na primeira, ele traz algumas associações como o liberalismo ser próximo da burguesia, o socialismo e o marxismo estariam ao lado das ideias do proletariado, e o conservadorismo seria um pensamento da aristocracia. Este último se ligaria ao feudalismo, ao antigo regime e seria uma oposição à classe média, ao trabalho, à democracia e ao liberalismo; esse conceito tem lugar entre os críticos do novo conservadorismo. A segunda via, discute que o conservadorismo não tem ligação com interesses de um grupo ou de uma classe em particular e não parece ser dependente de alguma configuração histórica social específica. Trata-se de um sistema autônomo de ideias e definido nos termos de valores como a justiça, a ordem, o equilíbrio e a moderação (HUNTINGTON, 1957, p. 455).

A terceira via explicativa propõe o conservadorismo como uma ideologia decorrente de um tipo de situação histórica cujo desafio é o de instituições estabelecidas. Além disso, o autor (1957, p. 455) fala do conservadorismo como um sistema de ideias empregadas na justificação do estabelecimento da ordem social. Nas três correntes apontadas por Huntington (1957), o elemento que é comum é a associação do conservadorismo a uma ideologia. O autor tece algumas críticas, e considera que as manifestações do conservadorismo são apenas reações ideológicas paralelas a situações sociais semelhantes e que, em sua essência, é um pensamento estático que não apresenta evoluções em suas ideias ao longo do tempo. Outros dois aspectos valorativos importantes a esse pensamento é a resistência à mudança e o conformismo da desigualdade (ALTEMEYER, 1996; GRAHAM, HAIDT, NOSEK, 2009).

O conservadorismo se preocupa mais com a manutenção da ordem, reforçando a ideia de que é preciso limitar as liberdades individuais para garantir essa ordem. Os críticos apresentam uma certa contradição nesta teoria, dados que pregam a liberdade dos indivíduos na esfera econômica enquanto defende a aceitação de padrões na esfera social e moral. A segunda crítica recorrente a sua rejeição ao multiculturalismo e ao cosmopolismo cultural, comuns nos grandes centros urbanos, novamente a defesa a padrões morais e de costumes que são duradouros e transcendente, que no caso do conservadorismo ocidental é baseada na doutrina cristã e tem na religião a sua base.

Em contraposição ao conservadorismo temos o progressismo, que defende a necessidade da ruptura de padrões sociais tradicionais e a busca por critérios científicos e tecnológicos. Promovendo por fim valores como liberdade e igualdade. Como destacado por Bobbio:

[...] na relação que se estabelece entre progressismo e conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos acentuada, daquele; aparece como tal, mostrando assim seu caráter alternativo; [o conservadorismo] existe só porque existe uma posição progressista (BOBBIO, 2004, p. 243).

Já o pensamento liberal tem como registro de surgimento o século XVII, com John Locke, por influência da guerra civil inglesa e como uma reação ao antigo regime, ganha força no contexto do pós-Segunda Guerra, já com a denominação de neoliberalismo. Como ideologia, a ideia é de que o Estado para ser legítimo precisa partir de uma construção social e o sistema econômico deve assumir a importância da livre manifestação das preferências dos indivíduos. Nesse sentido, a autonomia dos sujeitos ganha saliência e o âmbito político não se sobrepõe ao individual, devendo o Estado apenas garantir as liberdades individuais.

O pensamento liberal segue um sentido diferente do conservadorismo, com uma visão mais otimista da natureza humana e partem de uma noção irrestrita sobre a liberdade para que se alcance o desenvolvimento pessoal (GRAHAM, HAIDT, NOSEK, 2009). O liberalismo é inclinado à busca por mudanças e inovações, pessoais e políticas.

Carcanholo e Baruco (2008) tratam de uma hegemonia neoliberal no século XX e com base em Fiori (1997), identificam quatro etapas que explicam como se constituiu esse predomínio. A primeira etapa, já iniciada no pós-segunda guerra, conta da influência das ideias de Hayek⁶ que - apesar de não ter sido imediata ao pós-guerra em função do sucesso das teorias keynesiana - foram replicadas a outras gerações. A etapa seguinte teria lugar na década de 1960, quando as ideias de Hayek ocupam o espaço acadêmico e os economistas surgidos desse meio acadêmico "assumiriam nos anos subsequentes posições de destaque na condução da política econômica de

⁶ Friedrich August von Hayek, economista austríaco e radicado em Londres, autor da obra seminal "O Caminho da Servidão", na qual critica qualquer estabelecimento de limites ao funcionamento do mercado.

diversos países latino-americanos, implementando, por exemplo, os planos de estabilização da década de 1990" (CARCANHOLO, BARUCO, 2008, p. 10).

Na terceira etapa, ocorre a entrada do neoliberalismo no plano político que ganha força com a chegada ao poder das forças liberal-conservadoras na Inglaterra, com Margareth Thatcher (1979); nos Estados Unidos, com Ronald Reagan (1980); e na Alemanha, com Helmut Kohl (1982) (CARCANHOLO, BARUCO, 2008, p. 10). Na Inglaterra, as primeiras marcas do neoliberalismo foram a privatização e a abertura comercial. A quarta etapa, com início no final dos anos 1980, tem sua gênese na crise do bloco comunista, permitindo o avanço do neoliberalismo, sobretudo, na América Latina.

Os autores acrescentam uma última etapa em que tratam de uma crise do modelo neoliberal, fruto da insuficiência das políticas neoliberais na retomada do crescimento econômico. Eles mostram que na América Latina, o resultado da incapacidade do modelo resultou, em alguma medida, em clima de descontentamento social e a emergência de governos contrários ao neoliberalismo.

O Brasil da década de 1980 era considerado o mais avançado da América Latina em termos de industrialização e Soares (2001, p. 53) considera que não cabia nesse momento "um ajuste 'passivo' à nova ordem econômica mundial, na medida em que não possuía complementaridades decisivas com qualquer bloco comercial regional". No governo de Fernando Collor (1990 - 1992), do PRN, as ideias neoliberais ganharam espaço no combate à inflação e as tentativas de recuperação da economia, sem a regulação do Estado. Entretanto, a crise se agravou. Após o impeachment de Collor (1992), quem assumiu foi Itamar Franco, com uma política econômica de bases neoliberais. Quem o sucedeu foi Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que reforçou a política econômica vigente com a proposta de reduzir a inflação, de equilíbrio fiscal justificando as privatizações e tornar mais flexíveis as relações entre o Estado e a sociedade. Após oito anos de governo FHC, quem assumiu foi Lula da Silva (PT); ainda que a valorização das questões sociais tenha sido destaque e ele tenha acionado o signo da mudança, alguns pontos neoliberais estiveram presentes em sua gestão (BAPTISTA, 2017; PORTO, 2013).

De modo geral, no governo Lula (2003-2010) e no de Dilma Rousseff que o sucedeu (2011-2016), o desenvolvimentismo foi uma marca; entretanto, para alguns pesquisadores, tratou-se de uma "nova roupagem do neoliberalismo", no intuito de aliar o desenvolvimento econômico ao social sem mexer na estrutura. (SILVA et al., 2007, p.3). No Governo Temer, o que se nota é um processo de desmonte das políticas e conquistas sociais.

Delineado teoricamente as diferenças entre conservadores e liberais, temos de ter claro que esta também está sobre a "lupa" da percepção das pessoas. De acordo com a série histórica realizada pelo Datafolha, em 2014, os brasileiros se mostraram mais inclinados aos valores conservadores (45% com valores à direita). Em 2017, a direita e a centro-direita alcançaram 40% entre os pesquisados, e a esquerda e a centro-esquerda responderam por 41%, o centro ocupou 20%. Para Ricci (2017, p.97), o mais importante dessa sondagem é observar a flutuação recente dos valores o que, nas palavras do autor, "trata-se de uma falta de convicção, tão instável como nossa economia e a permanência de nossos líderes políticos como legítimos representantes". Ele acrescenta que os brasileiros têm se revelado cada vez mais conservadores, temerosos a mudanças bruscas e ações mais categóricas como as greves, prezando pela manutenção da ordem e valorizando a família.

Nesse sentido, Solano et al. (2018) observam como os temas morais têm ganhado cada vez mais espaço nos debates públicos no Brasil e criam um clima de "guerras culturais". Questões como a legalização do aborto, a descriminalização do uso de drogas, casamento homoafetivo e o endurecimento das penas para criminosos dividem opiniões e acirram as discussões, sobretudo, nas redes sociais online. Ricci (2017) aproxima essa discussão da situação econômica e considera que o conservadorismo avançou muito a reboque de uma inclusão pelo consumo, tornando-se um valor comportamental. O autor exemplifica essa percepção com a pesquisa supracitada do Datafolha, na qual 43% dos brasileiros afirmam serem favoráveis ao armamento da sociedade civil e 58% não reconhecem os sindicatos como um recurso de defesa dos direitos dos trabalhadores, mas sim, como um instrumento mais próximo das disputas políticas.

Na pesquisa de Solano et al. (2018), o interesse foi investigar a opinião dos participantes de dois eventos em 2017: Marcha para Jesus (15 de junho) e a peregrinação para o Santuário da Virgem Nossa Senhora de Aparecida (12 de outubro). As questões selecionadas para as entrevistas partiram dos temas: direitos das mulheres, punitivismo, valores religiosos, direitos LGBT, racismo, família e política de drogas. No evento evangélico, 45,5% dos entrevistados se declaram muito conservadores e 34,5% pouco conservadores. Os autores constataram que esse grupo representa um conservadorismo típico da sociedade brasileira que tende a ser mais equilibrado com presença de posições mais progressistas. A maior parte dos respondentes foi considerada punitivista, pois concordam com a redução da maioria penal (83,7%), acreditam que os criminosos devam permanecer mais tempo nos presídios (penas mais longas e duras) e julgam negativas as influências dos direitos humanos no combate ao crime (65,9%).

Considerações metodológicas

O objetivo central deste trabalho é identificar os valores estrategicamente mobilizados em 2018 e como se ajustam ao perfil ideal do "cidadão de bem", a partir da análise das mensagens de campanha de cinco pré-candidatos em suas páginas oficiais do Facebook.

A partir dessa ideia central, pretendemos responder a alguns questionamentos: Q1) O pêndulo dos valores para a eleição de 2018 oscila mais para: o materialismo ou pós-materialismo; o conservadorismo ou o progressismo? Q2) Os pré-candidatos respondem a uma demanda por religião ou laicidade? Q3) O autoritarismo surge como opção? Q4) Como a questão dos valores se coloca como um *issue* estratégico para 2018?

Analisamos as postagens nas páginas oficiais de: Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista - PDT), Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL), Manuela D'Ávila (Partido Comunista do Brasil - PCdoB) e Marina Silva (REDE Sustentabilidade). Essa seleção foi baseada em: regularidade nas pesquisas de intenção de voto, que vêm sendo realizadas e divulgadas pelos principais institutos de pesquisa do país desde o

segundo semestre de 2017; a divergência de posicionamentos e aspectos ideológicos; filiação partidária; e fluxo ativo nos sites de redes sociais.

Nosso recorte temporal compreende as mensagens publicadas de janeiro a abril de 2018, período que justificamos por importantes pesquisas de simulação de cenário eleitoral divulgadas e por significativos acontecimentos, como o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), o julgamento do Habeas Corpus do ex-presidente Lula e sua posterior prisão. Tais acontecimentos movimentaram o debate público e acionaram diversas opiniões por parte dos pré-postulantes o que contribuiu, de algum modo, demarcar posicionamentos e construir imagens.

Como procedimento metodológico, optamos pela análise de conteúdo (BARDIN, 1979; KRIPPENDORFF, 1980). Com base no índice de materialismo/pós-materialismo disposto por Inglehart (1990, 2001) e com referências de Ribeiro (2011) e Moisés (2006), elaboramos categorias de análise que contemplam os temas: 1) grau de importância atribuída a Deus ou à religião; 2) aprovação/desaprovação do aborto; 3) sentimento de orgulho nacional; 4) respeito à autoridade; 5) aprovação/desaprovação da homossexualidade; 6) manutenção da ordem; 7) aumento da participação dos cidadãos nas decisões importantes; 8) proteção à liberdade de expressão; 9) altas taxas de crescimento econômico; 10) garantia de que o país tenha importantes forças de defesa; 11) economia estável; 12) avanço em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana; 13) combate à delinquência e valorização de questões de segurança pública; 14) combate à corrupção; 15) valorização da família; 16) nova política; 17) apelo à mudança.

Para a escolha do método e criação dos livros de códigos, baseamo-nos em algumas referências: Bardin, 1979; Bauer e Gaskell, 2008; Jamieson, 2006; Rossini et al. 2016; Solano et al., 2018. A partir desse material, trabalhamos em conjunto com uma base de dados agregados provenientes de pesquisas de opinião divulgadas no período. Aferimos a taxa de acordo entre os codificadores que foi mensurada pela utilização do coeficiente de confiabilidade alfa de Cronbach. O esperado é que o intervalo de valores esteja entre 0,7 e 0,9 e o valor que atingimos foi igual a 0,89.

O cidadão de bem nas pré-campanhas de 2018

A discussão sobre o materialismo e o pós-materialismo, assim como a respeito do conservadorismo e o progressismo, nos ajudam a observar quais os valores foram estrategicamente acionados nas mensagens de pré-campanha dos cinco principais presidenciáveis selecionados, e em que medida podemos utilizar essas percepções para observarmos quem é o "cidadão de bem" no cenário eleitoral brasileiro em 2018. Analisamos as mensagens nos perfis oficiais dos pré-candidatos no Facebook. Nossa opção por esse site de rede social advém das facilidades de estabelecer discussões entre os usuários e do grande número de acessos à rede entre os brasileiros.

Por um olhar mais amplo, observamos que o recurso mais utilizado pelos pré-candidatos e pré-candidatas foi o vídeo. Grande parte do conteúdo analisado trazia em vídeo a participação dos pré-candidatos em entrevistas, reuniões e depoimentos dos apoiadores. Foi um momento de credenciamento dos candidatos que se mostraram aptos a concorrer nas eleições de 2018.

Os pré-candidatos mobilizam muitos valores em suas manifestações via facebook (ANEXO 1) que nos dão pistas para discutir se o posicionamento deles é mais próximo do materialismo ou do pós-materialismo, e se podemos classificá-los como mais ou menos conservadores.

As mensagens de pré-campanha do candidato Geraldo Alckmin em sua página oficial do Facebook tiveram como valor mais mobilizado o que se refere a valorização das trajetórias e dos atributos dele enquanto político, com o reforço recorrente da *hashtag* #preparadoparaobrasil. Em seguida, a manutenção da ordem aparece como segundo valor mais mobilizado, alcançando 37 dos 435 posts realizados entre janeiro e abril no referido site de rede social. Os valores menos acionados foram sentimento de orgulho nacional e valorização das forças armadas e aumento participação social em decisões importantes, estas contendo apenas 1 postagem cada.

O valor mais mobilizado pelo candidato Ciro Gomes entre janeiro e abril em suas postagens no Facebook foi o que concerne à valorização das riquezas nacionais e recuperação da economia, concentrando, de maneira individual 40 dos 163 post. Em seguida, os valores relacionados à valorização das minorias e dos povos tradicionais, bem como o relacionado a denúncias e posicionamentos contrários ao impeachment e

seus desdobramentos ocuparam destaque nas postagens do candidato. Importante notar que há menor variância entre as abordagens valorativas do candidato, ou seja, ainda que tenha abordado com enfoque uns valores em detrimento de outros, ele manteve um equilíbrio o que é possível perceber pelo fato do preenchimento das áreas do gráfico estarem bem representadas.

O valor mais mobilizado pelo candidato do PSL, Jair Bolsonaro, foi o anticomunismo e antipetismo, ficando em segundo e terceiro lugar os valores que concernem à manutenção da ordem e a uma ideia de nova política. Diversos valores foram abarcados em apenas 1 *post* do candidato, entre eles os contrários à legalização do aborto, desaprovação da homossexualidade e o de crescimento econômico.

Manuela D'Ávila conduz sua campanha virtual majoritariamente por vídeos nos quais aborda diferentes e diversos valores sem, no entanto, deixar sobressair apenas um valor majoritário. O valor com maior destaque é o oposição ao impeachment da Presidenta Dilma e seus desdobramentos sendo, portanto, identificável seu posicionamento em apoio às candidaturas dos Presidentes Lula e Dilma e sua oposição ao governo Michel Temer. Em seguida, o valor mais abordado é o apoio às minorias, nomeadamente as questões voltadas para mulheres. O valor menos abordado é aquele no qual ela se posiciona desfavorável ao armamento da população com apenas uma postagem nesse sentido.

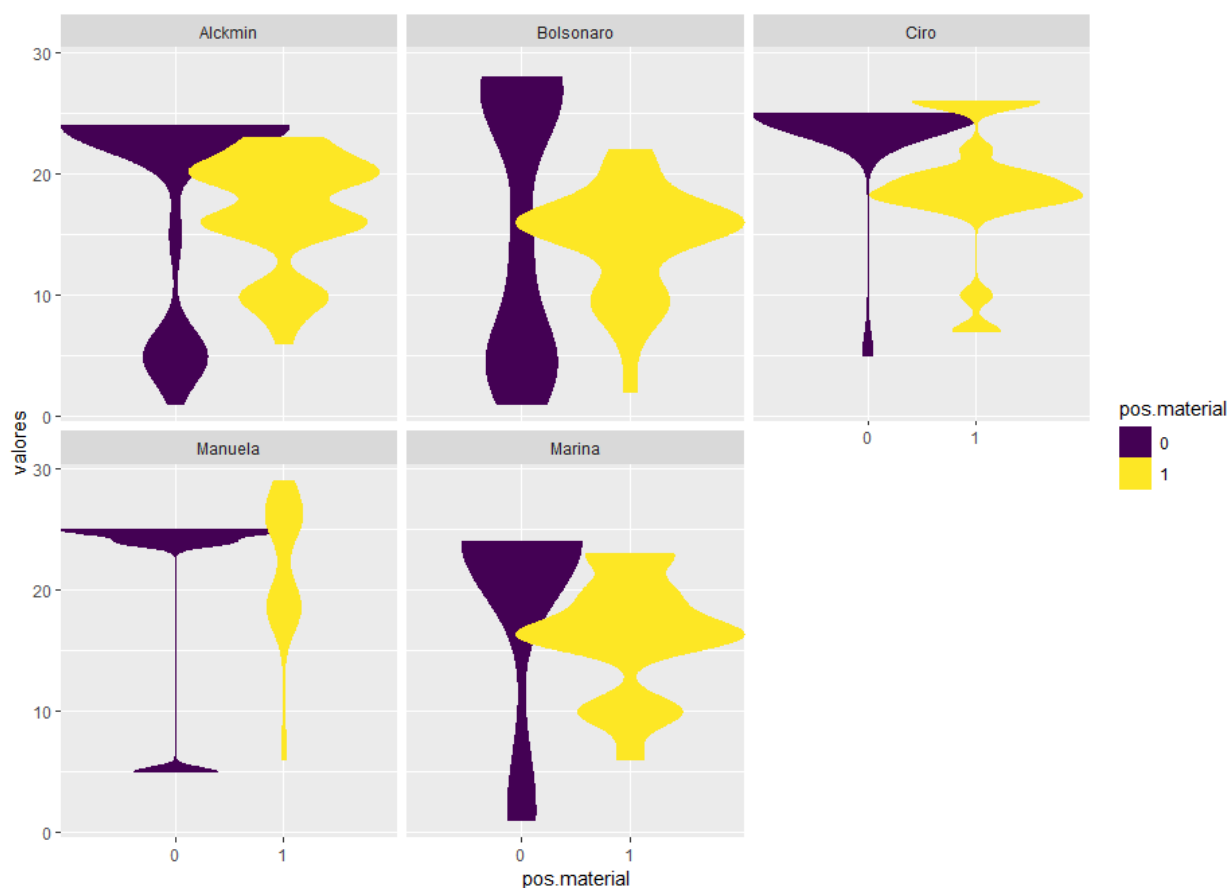
Dentre os valores mobilizados pela pré-candidata da Rede, Marina Silva, o que teve maior destaque diz respeito ao ideal de uma nova política. Em sequência, observa-se que a valorização da trajetória da candidata, bem como o combate à corrupção tiveram importante foco. Por outro lado, os valores menos mobilizados na rede social online da candidata foram aqueles que diziam respeito a garantia de liberdade de expressão, aumento da participação popular nas decisões importantes, fome, desigualdade e pobreza, e a manutenção da ordem.

Nosso primeiro questionamento diz respeito ao acionamento de valores materialistas e pós-materialistas, e a questão do conservadorismo e do progressismo.

Com relação à composição dos temas impulsionados pelos candidatos, observa-se que Manuela D'Ávila foi a que abordou mais temas p s-materialistas, seguida por Marina Silva e Ciro Gomes. O candidato mais materialista e conservador é Jair

Bolsonaro, confirmando o que se esperaria a partir de uma observação inicial das falas mais polêmicas do postulante e encontrando correspondência no discurso de seus eleitores, que foram investigados por Solano (2018).

Gráfico 2 - Valores materialistas e pós-materialistas entre os pré-candidatos - 2018



Fonte: Autores (2018).

O pós-materialismo também está associado a valores mais inclinados à tolerância e ao apoio à igualdade de gênero (INGLEHART, 2001; RIBEIRO, 2008). Sobre isso, a candidata que mais se enquadraria a esse conjunto de ideias é Manuela D'Àvila, ao passo que o oposto, ficaria a cargo de Jair Bolsonaro.

Os valores que se associam a candidatos como o Bolsonaro estão em consonância com o que diz a literatura sobre o conservadorismo, não se tratando de um comportamento ligado aos interesses de um grupo específico, ainda que a figura do

"cidadão de bem" esteja aí bem representada, e que anseia pela justiça, a manutenção da ordem e não se mostra interessado em mudanças (HUNTINGTON, 1957). Por outro lado, a pré candidata Manuela ocuparia o campo do progressismo.

Acerca do estado laico, que compõe nosso segundo questionamento, a pesquisa da UFMG na manifestação contra Dilma Rousseff em 2015 encontrou pessoas que, em sua maioria, não concordam com a retirada de símbolos religiosos de repartições públicas (53,7%) e concordam que a única justiça perfeita é a de Deus (61,4%). Neste contexto, a chapa de Bolsonaro, intitulada “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, seria uma forma de dialogar com esse perfil de eleitor religioso. Marina Silva, que deve parte de sua votação expressiva em eleições anteriores a um eleitorado evangélico, seria outra candidata a puxar o pêndulo da disputa em 2018 para a religião, mas este tema é abordado em poucas ocasiões pela candidata. A propósito, num debate televisivo, Marina Silva mencionou, em resposta a Bolsonaro, que o Estado brasileiro é laico. Mas, obviamente, nenhum dos candidatos pode abrir mão dos eleitores que têm alguma religião, embora não precisem pautar suas campanhas em temas religiosos.

Outro questionamento presente neste trabalho aborda a questão da adesão a formas autoritárias.

Investigações realizadas em países industrialmente desenvolvidos têm demonstrado que indivíduos classificados como pós-materialistas manifestam uma preferência democrática mais consistente e rejeitariam com maior intensidade formas autoritárias de organização política (RIBEIRO, 2008, p.104).

Numa eleição que tem como candidato competitivo um militar reformado, que exalta torturador da ditadura brasileira e tem como vice um general com valores tão conservadores quanto os seus, o flerte com o autoritarismo é agravado pela crença de um perfil do eleitorado de que um governo militar poderia ajudar a “organizar o país” e resolver o problema da corrupção. Ribeiro (2008) menciona que a pesquisa do World Values Survey de 1997 mostrou que os brasileiros aceitavam com mais facilidade a ideia de uma intervenção militar. Na manifestação de 2015, os pesquisadores da UFMG verificaram que 50,5% dos entrevistados concordavam em alguma medida com

uma intervenção militar (uma forma não-democrática) - embora, em mais uma contradição, 84,9% dissessem ser fortemente favoráveis à democracia.

De fato, cerca de 30% das postagens de Bolsonaro no período analisado diziam respeito à manutenção da ordem, ao antipetismo/anticomunismo, ao orgulho nacional e ao porte de armas. Porém, não encontramos paralelo no tratamento a temas relacionados ao autoritarismo entre os demais candidatos que foram alvo da presente análise.

Também indagamos sobre a questão dos valores nas pré-campanhas como um *issue* estratégico no pleito de 2018. Campeão em polêmicas, Jair Bolsonaro é o candidato que mais rende repercussões em suas postagens na página oficial no Facebook, sendo as principais reações as de risada e de raiva. A média geral de reações, considerando os candidatos analisados no presente trabalho, é de 8927, mas o candidato do PSL apresenta média 3,5 vezes superior à geral (ver anexo 3). Em relação à média de likes, Bolsonaro tem 2,5 vezes mais curtidas do que a média geral dos candidatos; proporção que se torna ainda maior quando analisamos as reações de risada e de raiva. Tais resultados explicitam o nível de engajamento obtido pelo candidato que, aos olhos de seus apoiadores, é visto como um “mito”. Existe lugar mais adequado a “mitos” do que na internet, local de viralização de memes e “textões” que têm o objetivo de “lacrar”?

Essa roupagem moderna para o conservadorismo e valores materialistas (e até mesmo autoritários) faz com que Bolsonaro atraia a discussão para um eixo mais materialista. Mesmo que a segunda colocada em engajamento no Facebook seja a segunda menos conservadora, Marina Silva, o volume de repercussões atraídas por ela é bastante inferior ao quantitativo despertado pelo deputado federal.

Considerações finais

Eleições são momentos cruciais em todas as democracias contemporâneas, determinando as atitudes dos atores políticos e fortalecendo o próprio regime democrático. No Brasil, as eleições presidenciais de 2018 circunscrevem-se em um momento conturbado do país, em que a disputa se delinea em torno de questões valorativas.

Diante de eleitores com interesses variados e que indicam posições ambíguas e preocupações flutuantes, os candidatos que se encontram em posição competitiva na disputa de 2018 compreenderam que precisam alargar suas pautas e dialogar sobre assuntos variados e de maneira a atrair os eleitores de distintos grupos. Até mesmo por “imposição” da mídia, que coloca em pauta certos assuntos e ignora outros, os postulantes precisam estar atentos ao ambiente informacional das campanhas, para que abordem temas que estejam em discussão e que sejam alvo da atenção dos eleitores. Afinal, não seria muito estratégico falar sobre temas que ninguém mais trata - numa campanha eleitoral, seria como “falar sozinho”.

Todavia, isso não equivale a dizer que seja inviável distinguir as posições políticas e as diferenças entre os principais candidatos. Assim, por mais que trate de assuntos como porte de armas, Manuela D’Ávila o faz demarcando sua posição contrária à liberação dos armamentos no país. Da mesma maneira, ao falar sobre descriminalização do aborto e homossexualidade, Jair Bolsonaro não esconde suas opiniões conservadoras sobre tais questões.

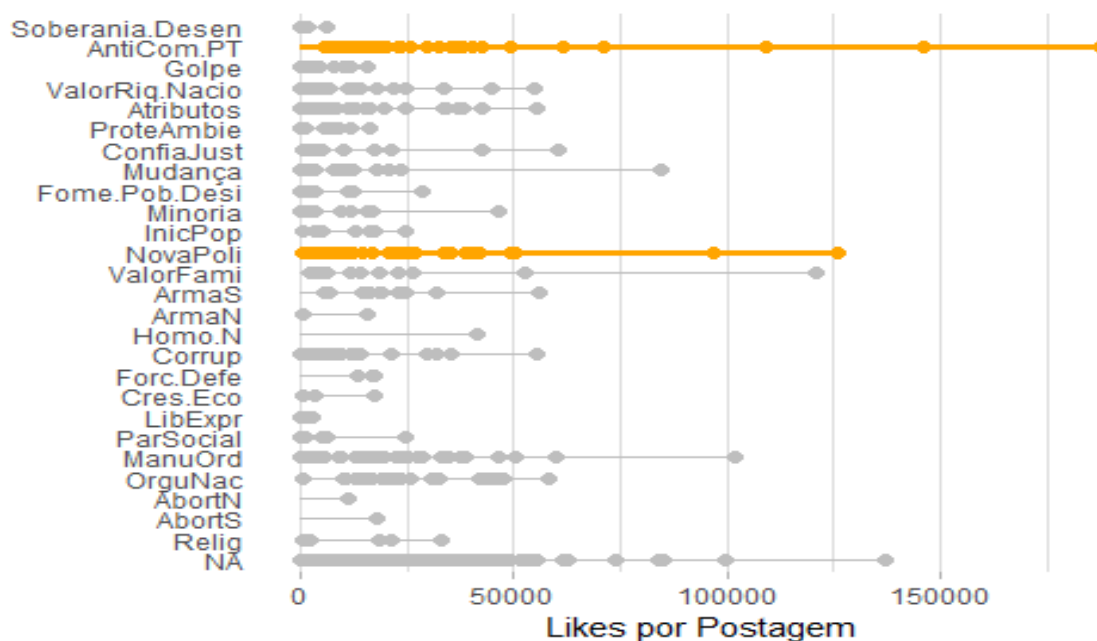
Da análise empreendida no presente trabalho, pode-se concluir que os candidatos abordam um rol variado de temas, que procuramos mapear. A observação desses temas por eles apresentados, sem que se realize uma análise qualitativa, pode levar à impressão de que os presidenciáveis são mais parecidos do que de fato são. Naturalmente, para responder a uma complexa realidade, na qual temos um país dividido - com uma parte dos eleitores claramente em busca de alternativas à política e aos políticos tradicionais, enquanto outra parcela pretendia votar no ex presidente que foi impedido de participar das eleições por decisões do judiciário -, considerando ainda que o Brasil já é complexo e heterogêneo até mesmo em situações de menos acirramento político, os candidatos precisam transitar entre os valores mais básicos, relacionados à sobrevivência, e o pós-materialismo representado pelas pautas identitárias e das minorias.

Diante do exposto nesta oportunidade, não há uma definição conceitual clara de quem é o “cidadão de bem” no Brasil. O que buscamos neste trabalho foi, a partir da análise das mensagens de pré-campanha dos principais postulantes, identificar em que medida e por quem os anseios do “cidadão de bem” foram atendidos. Podemos

considerar que os pré-candidatos, em última instância, são reflexos do que os cidadãos brasileiros esperam e querem nas eleições presidenciais. Notamos que o "cidadão de bem" é melhor representado pelo candidato que se aproxima mais dos valores conservadores e se associa a questões e garantias materialistas. Como destacado nas pautas apresentadas e discutidas pelos candidatos, as discussões sobre valores, principalmente os conservadores, assumem preponderância até mesmo sobre os temas considerados os principais problemas do país - Saúde e Educação.

Momentos de pré-campanha, como o analisado neste trabalho, são importantes para o mapeamento e a busca de relações das temáticas que emergem da sociedade. Livres do *deadline* das urnas, em uma plataforma social como o *Facebook* o eleitor pode interagir com as temáticas mais descomprometido com a tomada da decisão do voto. Os temas com mais interatividade⁷ são a revolta com o Partido dos Trabalhadores e ou Socialismo, seguido da necessidade de uma nova política e em terceiro a valorização da família, como evidencia o gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Interação via "Likes" por postagem por valores



⁷ Importante ressaltar que o candidato Jair Bolsonaro se sobressai no que tange a interação do público com sua página no Facebook, desta maneira, os resultados obtidos por ele em relação ao apoio de valores por meio de likes possuem peso maior e afetam o gráfico no sentido em que reflete nele as suas postagens mais populares.

Fonte: Autores (2018)

Este trabalho apresenta dados que atestam uma preponderância, ao menos em relação ao Facebook, da participação de eleitores, com perfis marcados pelo conservadorismo e por características materialistas na interação com perfis virtuais. Observa-se uma discrepância da interatividade popular com o perfil do, a época, pré candidato Jair Bolsonaro do PSL principalmente no que tange a temas conservadores. No entanto, ainda que sem uma exata conceituação sobre o perfil desse “cidadão de bem”, há indícios de que não são apenas pessoas que prezam por valores conservadores e materialistas mas são principalmente aqueles que se localizam dentro de valores conservadores específicos, dado que os candidatos à presidência compartilham de valores dos dois extremos do espectro ideológico além de que, os demais candidatos marcadamente conservadores não atraem o mesmo movimento a suas postagens na rede social em questão.

Referências

- ALTEMEYER, R. A. **The authoritarian specter**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.
- BAPTISTA, E. A. **Corrupção e opinião pública: O escândalo da Lava Jato no governo Dilma Rousseff**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.
- BAPTISTA, É. A.; LOPES, N.; MELO, P. V. Eleições municipais 2016 em Belo Horizonte: a nova política. **9º Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, Montevideo, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUER, M. GASKELL, G. (Eds.). **Qualitative researching with text, image, and sound**. London: Sage, 2008.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial: 2004.
- CARCANHOLO, M.; BARUCO, G. C. C. A atual ideologia conservadora e o capitalismo contemporâneo: uma crítica à teoria pós-moderna neoliberal. **XXXVI Encontro Nacional de Economia**, Salvador (BA), 9 a 12 de dezembro de 2008.

FIORI, J. L. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAHAM, J.; NOSEK, B. A.; HAIDT, J. Liberals and Conservatives Rely on Different Sets of Moral Foundations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.96, n. 5, p.1029–1046, 2009.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

INGLEHART, R. **Modernization y posmodernization**: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization**: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York, Cambridge University Press, 2005.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**: An introduction to its methodology. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOISÉS, J. Á. A avaliação das instituições democráticas e a qualidade da democracia no Brasil. **20º Congresso Mundial da IPSA**, Fukuoka, 2006.

NISBET, R. O conservadorismo. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

PORTO, M. C. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: CONTEMPORÂNEO: implicações para as políticas sociais

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: Eduem, 2011.

RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 103-133, jul.-dez. 2008.

RICCI, R. Bases do pensamento conservador e suas derivações no Brasil. In: SOUZA, R. S. R.; PEZIM, A. M. B.; ALVES, C. F. (org.). **Democracia em crise**: o Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

ROSSINI, P. G. C.; BAPTISTA, E. A.; OLIVEIRA, V. V.; SAMPAIO, R. C. O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: a influência das pesquisas eleitorais nas estratégias das campanhas digitais. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 18, n. 2, p. 145-157, 2016.

SILVA, R.; SANTOS, A. C. L.; CONSERVA, V. A. S.; BEZERRA, K. Q. Políticas sociais no Brasil: do neoliberalismo ao governo Temer. **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís (MA), 22 a 25 de agosto de 2017.

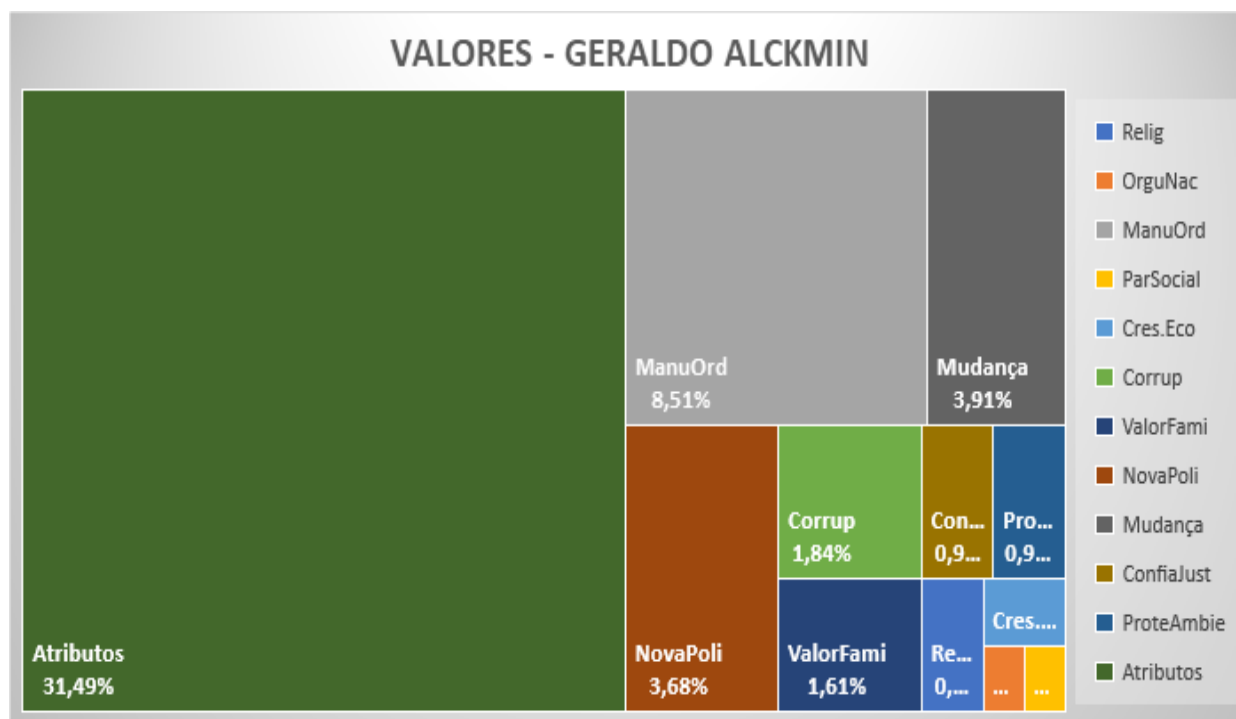
SOARES, L. T.. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis; RJ: Vozes, 2001.

SOLANO, E. G.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. "Guerras culturais" e "populismo anti-petista" nas ruas de 2017. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, setembro de 2017.

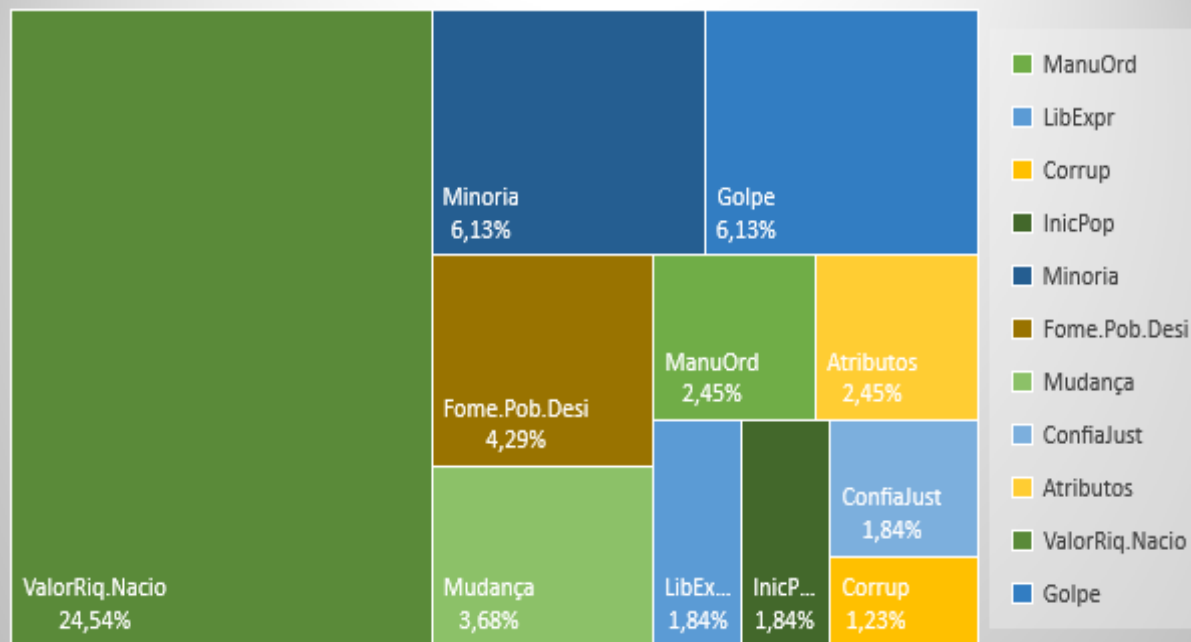
TELLES, H. S.; MUNDIM, P.; LOPES, N. Internautas, Verdes e Pentecostais: novos padrões de comportamento político no Brasil. In: TELLES, H. S.; MORENO, A. (Org). **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

ANEXO 1

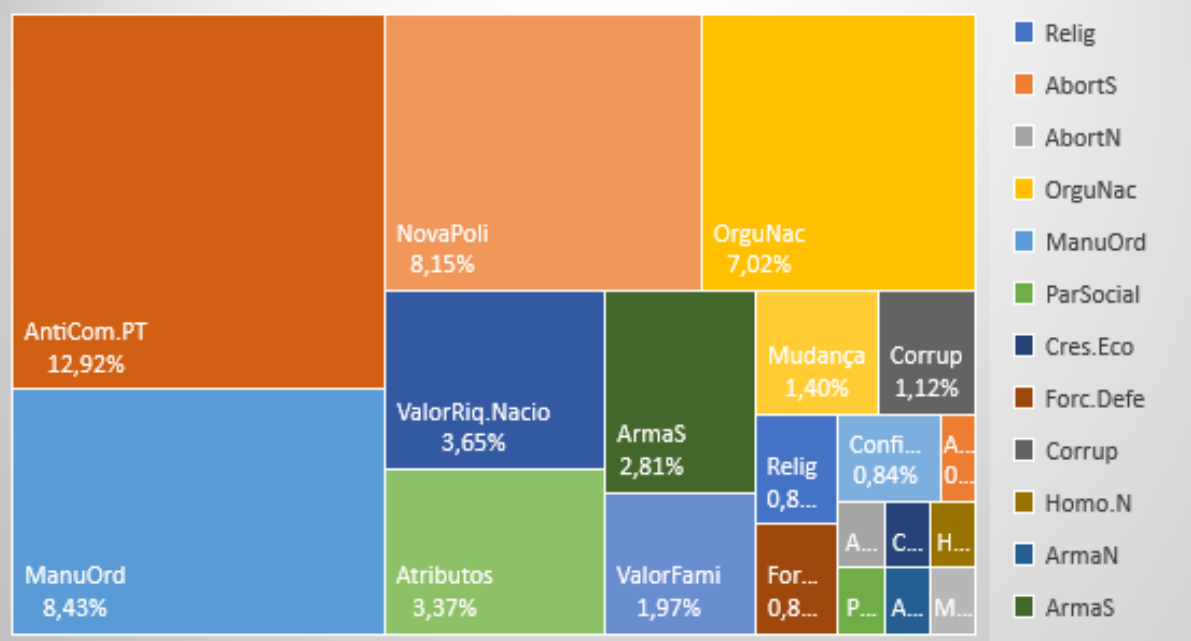
Gráfico 4 – Valores por candidato(a)

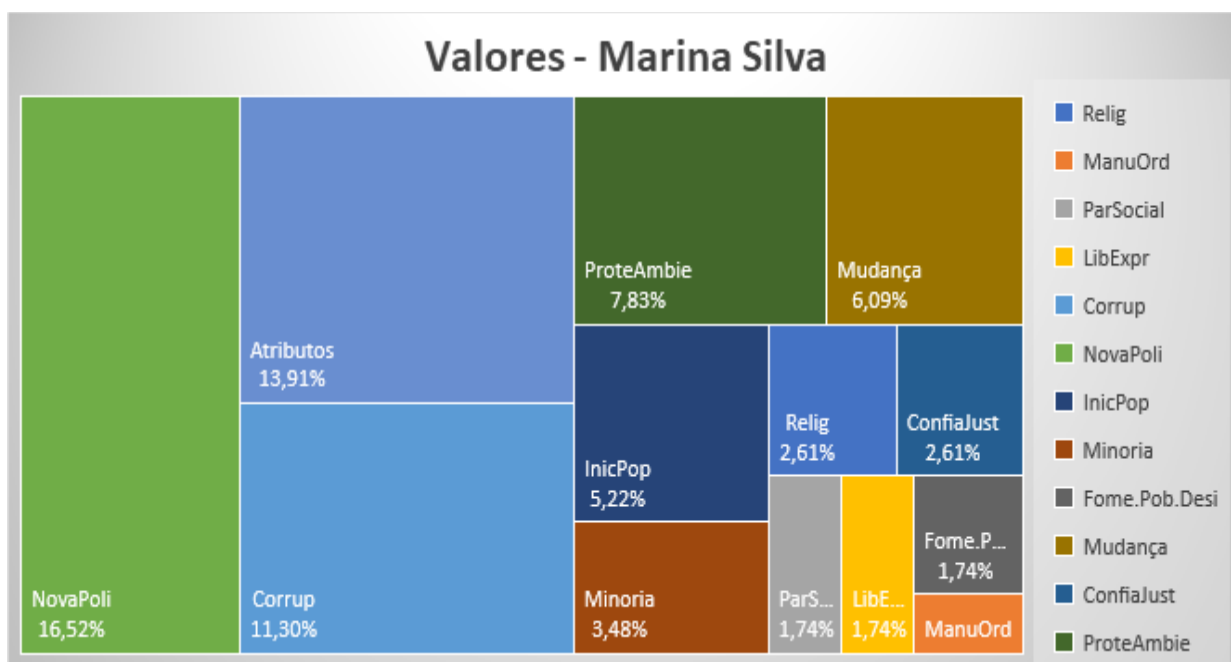
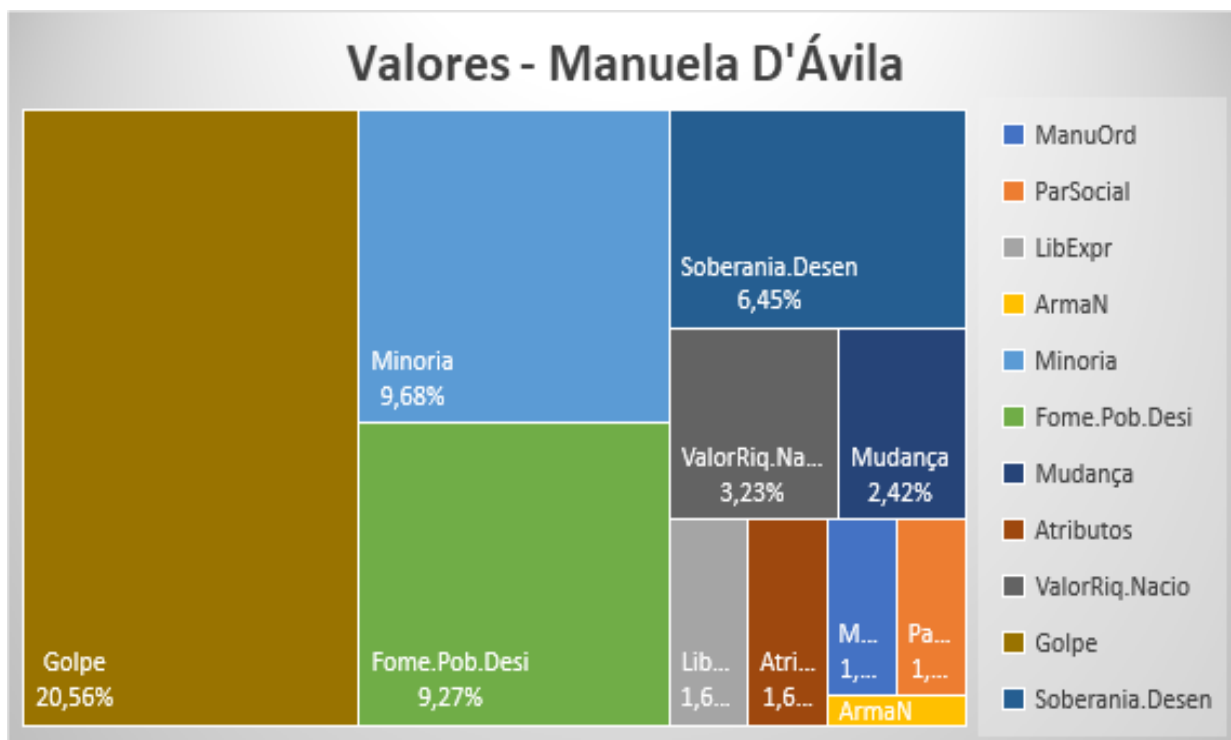


VALORES - CIRO GOMES



Valores - Jair Bolsonaro





Fonte: Autores (2018).

ANEXO 2

Tabela 1 - Análise de Interação e sentimento

Candidatos	Média de reações	Proporção da média de reações	Média de Likes	Proporção da média de reações	Reações HAHA	Reações ANGRY
Alckmin	1.255,10	14,06%	11.491,68	111,08%	34,11	17,3241
Bolsonaro	31.447,53	352,25%	27.387,27	264,73%	126,057	428,3780
Ciro	1.846,55	20,68%	1.591,89	15,39%	18,21	11,76
Manuela	2.207,96	24,73%	1.618,67	15,65%	68,51	25,1250
Marina	9.000,71	100,82%	7.364,87	71,19%	39,09	12,23826

Média Geral	8.927,58	-	10.345,43	-	401,30	138,39
--------------------	-----------------	----------	------------------	----------	---------------	---------------

Fonte: Autores (2018).